



**16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**  
**Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

**AS CONCEPÇÕES DA AMAZÔNIA E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA E  
TRABALHO DAS POPULAÇÕES LOCAIS: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O  
SERVIÇOSOCIAL**

**Regiane do Nascimento Marques dos Reis<sup>1</sup>**

**Katja Klebsattel<sup>2</sup>**

**Amanda Valéria Sousa Lima<sup>3</sup>**

**Thais Sousa Silva<sup>4</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade apontar reflexões introdutórias sobre as concepções da Amazônia no contexto da acumulação capitalista, que serão apresentadas com base em Trindade Júnior (2006) e dialogadas com Porto-Gonçalves (2018) e Loureiro (2002). A partir dessas compreensões, neste ensaio, será introduzida a tematização sobre os rebatimentos nas condições de vida e trabalho das populações locais, assim como na natureza. Discute-se a importância de fomentar o diálogo sobre um novo tipo de desenvolvimento para a região, que considere as suas múltiplas particularidades. Nesse contexto, destaca-se a importância das diferentes formas de luta e resistência na Amazônia e a inserção da profissão do Serviço Social, tendo em vista a direção do seu Projeto Ético-Político que aponta para o desenvolvimento de estratégias coletivas que fortaleçam a luta da classe trabalhadora para a construção de uma nova sociabilidade.

**Palavras-chave:** Acumulação capitalista; Amazônia; Lutas e resistências; Serviço Social.

**Abstract:** The present article offers introducing reflections about different conceptions in the context of capitalist accumulation, based on Trindade Júnior (2006) dialoguing with Porto-Gonçalves (2018) and Loureiro (2002). In this context are focused the consequences reflecting in the life and work conditions of the local populations, as well as the consequences for the nature. It is discussed about the importance to strengthen a dialog about a new form of development for the region considering the particularities of the region. In this context, is emphasized the centrality of different social movements and resistencies and the way that Social Work professionis inserted in this situation in the context following its ethico-political project, which points the strengthening of the social fight of the working class, with the objective to construct a new sociability.

**Palavras-chave:** Capitalist accumulation, Amazonian region, Social movements and resistance, Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia<sup>5</sup>, por muitos é considerada como uma fonte inesgotável de recursos naturais, pois a avaliam por meio das características que ela apresenta, a partir de sua

<sup>1</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: Regianejmarques@hotmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: Regianejmarques@hotmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: Regianejmarques@hotmail.com.

<sup>4</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: Regianejmarques@hotmail.com.

<sup>5</sup> O presente ensaio se detém a abordar os rebatimentos dos processos de desenvolvimento capitalista na Amazônia Paraense. O termo “Amazônia”, no decorrer do artigo, está utilizado nesse sentido.

composição natural, ou seja, através da sua densa floresta e bacia hidrográfica, politicamente a região abrange no seu território 09 (nove) países da América Latina (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa). Historicamente a Amazônia se constitui em área de exploração pelo grande capital, que utiliza a região como estratégia para conter a queda na taxa de lucro. A Amazônia brasileira - constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e parte do Maranhão -, desde o seu processo de colonização no século XVI, vem sofrendo com a exploração da sua biodiversidade e da força de trabalho, nessas circunstâncias, tem se agudizado no contexto de mundialização do capital.

Iamamoto (2007) explicita esse contexto como mundialização da “sociedade global”, que é acionada pelos grupos industriais transnacionais e as instituições financeiras, que atuam com respaldo dos Estados nacionais, seguindo às orientações dos organismos internacionais. Para a autora, o capital aparece como se pudesse criar “ovos de ouro”, denominado por ela de “fetiche das finanças”. Essa lógica global tem se implementado, ao longo do tempo, fortemente na região da Amazônia por meio dos diferentes projetos de “desenvolvimento” e suas repercussões serão analisadas no decorrer deste trabalho.

Ao analisar esses projetos que se pensam para a Amazônia, se tem as concepções que retratam a região como “celeiro do mundo”, por possuir riquezas potenciais a ser exploradas para alimentar os processos impiedosos e destrutivos do capitalismo. Neste sentido, são invisibilizados os aspectos constituintes da formação social, natural, cultural e racial da Amazônia, pois nela se tem a presença de inúmeros povos, nações e etnias que possuem suas particularidades, lutam e resistem pelo direito de permanecer no território e se reproduzir.

Diante do exposto, o presente estudo segue com o objetivo de demonstrar, com base em Porto-Gonçalves (2018), Trindade Jr. (2006) e Loureiro (2002), as diferentes concepções da região amazônica, dialogar entre elas e apontar reflexões introdutórias sobre uma nova concepção de desenvolvimento que leve em consideração as particularidades histórica e dialeticamente construídas da região. A partir dessa percepção, em um segundo momento, será abordada a centralidade das formas de luta e resistência, assim como a sua vinculação com o Serviço Social.

As autoras do presente artigo são nascidas e/ou migrantes na Amazônia, que fazem da região a sua casa, que experimentam no cotidiano de suas relações sociais os rebatimentos da lógica capitalista que ocupa e se apropria da região tanto nos seus

aspectos tradicionais, culturais e sociais quanto no âmbito dos seus recursos naturais. A forma como o capital tem se apropriado da Amazônia tem ocasionado inúmeros conflitos por meio de ações que incidem diretamente no modo de vida e trabalho da população, gerando demandas particulares para o Serviço Social que também são vivenciadas pelas autoras no seu cotidiano a partir das suas relações de trabalho e/ou estudo/pesquisa como assistentes sociais amazônicas que lidam diretamente com as contradições do “desenvolvimento” capitalista nesta região.

Vivendo no contexto das contradições teoricamente levantadas, as autoras são levadas a inúmeros questionamentos, tais como: Qual é o interesse dominante em desenvolver a região e para quem ele serve? E os "danos" e "perdas" com quem irão ficar? Que tipo de desenvolvimento queremos para a região? Os sujeitos que aqui existem são identificados, enquanto seres sociais que possuem sua história e suas formas típicas de se relacionar tanto com os outros quanto com a natureza?

É preciso ser enfatizado, que falar sobre a Amazônia requer uma leitura crítica, densa e com máxima rigidez teórica, assim como o compromisso ético com as populações que nela habitaram e/ou habitam, levando em consideração a extensão territorial atrelada à relação com a natureza, a diversidade sociocultural, histórica e as diversas formas de luta e resistência desses povos.

## **2 AS CONCEPÇÕES DA AMAZÔNIA E SEUS REBATIMENTOS NA VIDA E TRABALHO DAS POPULAÇÕES LOCAIS**

Antes de entrar detalhadamente nas diferentes concepções da Amazônia, é importante assinalar que, segundo Porto-Gonçalves (2018), a maioria das visões em relação à região são ‘sobre’ e não ‘da’ Amazônia, ou seja, são influenciadas por pensamentos do colonizador, como enfatiza Loureiro (2002), a Amazônia é um “lugar onde o outro, o de fora, continua a nos apontar o tipo de cultura desejável para nós, aquilo que devemos valorizar, que coisas devemos explorar, a que sonhos devemos aspirar e o que devemos esperar como futuro“ (p.118).

É central, que as múltiplas identidades que residem na Amazônia expressem as suas visões, concepções e percepções, portanto, faz-se necessário que as mesmas sejam consideradas nos projetos de desenvolvimento, visando a garantia da sua sustentação, socialização e a construção do contexto de vida.

O processo de ocupação da Amazônia, desde a colonização, foi e se mantém, até os dias atuais, marcado pela violência e destruição de culturas, línguas, histórias e da natureza, por meio do domínio do colonizador europeu que segue o padrão de poder e saber eurocêntrico. Neste sentido, Souza (2015) faz duras críticas sobre a história

contada pelo ocidente, pelo olhar eurocêntrico que marca até hoje a visão que se tem da região, como ela é vista, sendo invisibilizados os aspectos constituintes que perpassam a formação do território, tendo em vista que existiam ‘diversas povoações’, com ‘culturas e línguas diversificadas’ que foram atravessadas por uma barbárie sem limite e perpetuada com a catequese, os nativos já não sabiam a sua essência e os restos desses povos, foram direcionados aos museus de coleção etnográfica, se colocando na vitrine um passado sem história e silenciadas as falas e lutas dos observados.

Trindade Júnior (2006), aponta três concepções da região: (1) *A amazônia como Ecossistema*, (2) *como espaço estratégico de ação*, e (3) *como fronteira*, as quais nos oferecem elementos para compreender a Amazônia dentro do contexto nacional e global.

A concepção da *Amazônia como Ecossistema* se refere ao conceito da Pan-Amazônia<sup>6</sup> e oferece uma visão apenas geográfica sobre a região. Porto-Gonçalves (2018), apresenta que essa região se estende por nove países e que cada uma dessas sub-regiões desenvolveu, ao longo do tempo, relações sociais e relações de poder particulares que devem ser consideradas. Ainda com ênfase na definição como ecossistema, Trindade Jr (2006) menciona a perspectiva do desenvolvimento sustentável que pode ser dividido em, pelo menos, três vertentes: a) os interesses de empresas nos recursos naturais; b) o ideário preservacionista; e c) projetos alternativos assentados em vivências cotidianas da população.

Neste âmbito, percebe-se que o desenvolvimento sustentável não necessariamente consiste na preservação da natureza inclusive para futuras gerações. Refletindo acerca dessa concepção, evidencia-se que a natureza está sendo pensada separada do homem. Frente à lógica capitalista, a região se insere num modelo de dominação e exploração que se circunscreve nas formas originárias de acumulação.

Loureiro (2002), nesse sentido, destaca o “mito da incompatibilidade entre biodiversidade e desenvolvimento” (p.117), pois, nas formas de vida dos povos nativos da região amazônica, se destaca uma relação indissociável do ser humano com a natureza. Os povos, ao longo do tempo, desenvolveram um vasto conhecimento da região amazônica. Este modo de vida nativo é considerado primitivo, atrasado e tribal, e que constantemente necessita ser modernizado.

De forma resumida, essa visão reduz a Amazônia a uma perspectiva determinada somente pela existência da natureza, ou seja, da floresta e da bacia hidrográfica, sem considerar a biodiversidade e os povos que nela vivem tradicionalmente. A natureza é

---

<sup>6</sup>Porto-Gonçalves (2018), define a Pan-Amazônia como o conjunto das regiões com domínio da floresta equatorial como Amazônia.

considerada uma fonte de recursos naturais inesgotáveis, cuja exploração precisa ocorrer de forma dominada pelo homem (porém não pelo ser social amazônida) e sustentável, sendo que isso não significa necessariamente preservar a natureza pelas próximas gerações, mas usufruir ao máximo possível dos recursos para a acumulação do capital.

Na concepção da *Amazônia como espaço estratégico de ação*, esta é tida como “uma área diferenciada onde se agrupam uma natureza que é desumanizada, um espaço neutro, sem história, e um homem-objeto a ser mobilizado produtivamente como recurso econômico” (TRINDADE JR., 2006 apud NAHUM, 1991, p.358) e na qual se tem a atuação do Estado em favor do grande capital.

Loureiro (2002), demonstra brevemente como a exploração da região amazônica ocorreu desde o processo de colonização, por volta dos anos de 1500 até os dias atuais. A história da exploração começou no contexto do saque e pilhagem dos recursos naturais e da escravidão da mão-de-obra nativa e dos povos do continente africano, que foram retirados dos seus territórios de forma violenta.

Atualmente, a exploração vem ocorrendo de forma mais intensificada, onde se observa que os projetos de desenvolvimento beneficiam apenas os interesses exógenos, em contrapartida, as necessidades das populações locais não são atendidas nas suas particularidades. Ainda segundo a autora, sem as políticas democráticas de distribuição de renda, a Amazônia e a sua população sofre com o crescimento das desigualdades sociais.

Um dos equívocos concebidos na lógica de desenvolvimento capitalista pensada para a região é a visão da Amazônia como fonte inesgotável de recursos naturais e um lugar aberto para exploração, pressupondo que se trata de um lugar desocupado, ou seja, essa perspectiva nega a existência de povos que vivem na região. Na perspectiva da Amazônia como espaço estratégico, Porto-Gonçalves (2018) destaca a visão da região como um “vazio demográfico” (p.25), disposto para ser explorado – tanto em relação aos recursos naturais, quanto à força de trabalho – enfim, trata-se de um lugar servindo aos interesses do capitalismo mundial.

Como destaca Trindade Jr. (2006), a última concepção da *Amazônia como fronteira*, concebe Amazônia como “uma frente econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de estruturação do território brasileiro” (p.359), sendo também definida “como espaço por excelência do conflito social, sendo, por isso, essencialmente o lugar da alteridade” (p.360).

Na compreensão do autor, essa concepção, ainda que seja considerada incompleta, aponta elementos importantes da particularidade que caracteriza a região

“enquanto espaço socialmente produzido, seja no contexto nacional, seja no contexto internacional” (TRINDADE JR, 2006, p.361).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a fronteira é espaço de resistência. Resistências como as realizadas pelos diferentes povos da Amazônia que frente às investidas do capital na região historicamente lutaram e ainda lutam para manter seus meios de existência e modos de produção.

Para entendermos a Amazônia na sua particularidade e como região, faz-se necessário considerar uma série de elementos como a natureza, as expropriações, os conflitos, as perdas, as resistências, entre outros, assim como permitirá conhecer nossas identidades regionais que possibilitem pensar e propor políticas de caráter regional.

Compreendemos, como enfatiza também Loureiro (2002), que é urgente a formulação de um novo modelo de pensar a Amazônia. Para tanto, faz-se indispensável consideramos seguintes aspectos: 1) o respeito às populações que vivem na região; 2) o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável que preserve a natureza e os seus recursos para as futuras gerações; 3) a mudança da base produtiva da região; 4) a intensificação do estudo e da pesquisa sobre as espécies florestais da Amazônia para gerar a possibilidade da sociedade realmente aproveitar o patrimônio da natureza; e 5) criar na Amazônia um lugar de justiça e de bem-estar social através da geração de emprego.

Para que esses objetivos sejam alcançados, segundo a autora, a Amazônia deve se tornar sujeito da sua própria história, seus diferentes povos precisam ocupar e participar das decisões que abordam o desenvolvimento e se afastar das dependências e visões geradas por fora da região.

### **3 REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA AMAZÔNIA E O SERVIÇO SOCIAL**

A partir das concepções sobre a Amazônia, evidenciou-se o impacto que o sistema capitalista mundial exerce dentro da região e a necessidade de dialogar sobre um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, observa-se que “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital – tem sido o traço mais notável do sistema de capitaldes de sua origem” (ANTUNES, 1998, p. 21). Os rebatimentos desse processo se fazem sentir fortemente na vida cotidiana dos múltiplos povos e etnias que convivem na região. Como podemos evidenciar no exposto por Teixeira (2008):

Os povos da floresta (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, extratores, pescadores, caboclos, índios), no espaço regional “em si”, não são e nem seriam pobres, nem miseráveis, nem “excluídos”, se pudessem continuar com a livre apropriação dos produtos do mar, do rio ou da floresta, e se não tivessem sido separados da terra ou expulsos dos melhores sítios da coleta ou dos cardumes (TEIXEIRA, 2008, p.145).

Essa investida do capital globalizado na Amazônia e o avanço da exploração dessa região evidencia-se, através dos impactos ocasionados a partir da implementação dos grandes projetos minero-metalúrgicos, agronegócio, além da infraestrutura estratégica subsidiada pelo Estado. Dentre eles, o desmatamento das florestas, assim como a poluição e assoreamento dos rios, alagamento de áreas em decorrência da instalação de hidrelétricas, nada mais representam do que o genocídio<sup>7</sup> da biodiversidade amazônica, sendo este um dos reflexos do desenvolvimento capitalista que causa múltiplos rebatimentos no modo de ser e viver das populações da região, a destruição das suas fontes e formas de subsistência, implicando diretamente nos seus modos de vida vinculados à natureza, refletindo na expropriação dos seus territórios e dos seus meios de vida, ocasionando a perda do domínio de seu modo de produção e de vida que antes não se tinha a influência do capital que, com seus avanços, passa a retirar a autonomia de viver desses povos.

Diante disso, torna-se necessário decifrar “as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio-ambiente, etc. [e] decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciados pelos sujeitos sociais” (IAMAMOTO, 2015, p.114). Neste sentido, o profissional do Serviço Social é requisitado a intervir nos conflitos alicerçados nas desigualdades sociais, fruto dos processos de exploração e dominação capitalista. Teixeira (2008) indica que:

parece-nos importante examinar a atualidade desse processo na região, para que possamos identificar, convenientemente, a demandas regionais ao serviço social, e desvendar essa caixa de pandora, que assume as novas formas destrutivas do meio ambiente e da força de trabalho, que assume o capitalismo na Amazônia em sua investida avassaladora (TEIXEIRA, 2008, p.142).

Assim, o profissional do Serviço Social foi se inserido nesse contexto de luta de classes, sendo uma profissão originada no bojo do metabolismo social do capital para atuar junto às massas populares, da qual fazem parte como classe trabalhadora e compreendendo que as condições para o trabalho deste profissional são contraditórias e complexas, identifica-se/ visualiza-se a possibilidade deste profissional contribuir

---

<sup>7</sup>Para maiores informações consulta-se a dissertação intitulada: Questões sobre o genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição (Palmquist, H., 2018, Belém).

amplamente para a construção de um novo sistema comprometido com o atendimento das necessidades humanas e sociais.

Citando nosso entendimento de Netto (1996) e Antunes (2000), compreendemos que o Assistente Social é demandado a atuar no cerne dos conflitos entre capital e classe trabalhadora, no centro das contradições da sociedade capitalista. A partir dessa compreensão Teixeira (2008) afirma que : “ É absolutamente importante que saibamos que a demanda não se esgota na empiria, mas se revela num processo teórico-investigativo que nos possibilita percebê-las” (p.144). Sendo assim, a intervenção do assistente social deve ter base fundamentada nas de três dimensões que direcionam o trabalho investigativo da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para que se possa realizar uma intervenção qualificada, que vá para além do aparente.

Nesse sentido, é importante refletirmos sobre qual é a direção ideo-política que os profissionais vêm imprimindo a sua prática, vêm trabalhando para aprofundar o metabolismo social do capital ou com o objetivo de transformação desse metabolismo, apontando para um projeto alternativo à lógica capitalista na Amazônia.

O movimento do real nos mostra ser possível que ocorram transformações concretas nesta realidade e já vivenciamos no Brasil experiências positivas de luta da classe trabalhadora que resultaram em conquistas, a exemplo, a conquista do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) garantidas constitucionalmente como políticas públicas a partir de 1988, resultado de lutas sociais históricas, nas quais a classe trabalhadora organizada e mobilizada mostrou ser possível reverter à lógica da exploração em concessão de direitos civis, políticos e sociais.

Nesse contexto marcado pela presença da classe trabalhadora na construção da Constituição Brasileira, houve grandes mobilizações e greves, tendo a mais variada participação de segmentos trabalhistas. Para o Serviço Social, culminou na elaboração do projeto ético-político, que visava a ruptura com o tradicionalismo/conservadorismo, tendo como base a revisão do código de ética profissional de 1986, dando origem ao Código de Ética Profissional vigente, de 1993, bem como ancora-se na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 (8.662/93), e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que visam a formação acadêmica.

A resistência tem sua fonte de força na coletividade. A Revolta da Cabanagem na Amazônia foi um dos diversos movimentos importantes nos quais se evidencia a organização coletiva de resistência dos amazônidas, para não sucumbir à subalternidade imposta pelos avanços capitalista Teixeira (2008). Assim, o Serviço Social se insere com a possibilidade de realizar sua intervenção nesta realidade,



contribuindo para a mobilização social dos sujeitos e proporcionando um resgate, como afirma Antunes (2000), do sentido de pertencimento da classe trabalhadora para as lutas sociais e políticas que busquem a transformação da sociabilidade atual.

Concluimos, a partir de Netto (1996), que somente com a apreensão de uma perspectiva teórico-crítica vinculada a um projeto alternativo à lógica capitalista, permitirá ao Serviço Social construir componentes emancipatórios no século XXI. Pois, a relevância da profissão está na capacidade de intervir nas mais diversas manifestações das expressões da questão social, decorrentes das desigualdades sociais derivadas dos avanços do capital.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentamos, com base nos autores citados, as concepções sobre a Amazônia e as transformações geradas pela apropriação do território pelo capital. Foi considerada a Amazônia a partir de várias perspectivas que nos levam a refletir sobre o verdadeiro caráter dessa região que é tão rica e, ao mesmo tempo, tão pobre.

Trindade Jr (2006), sugere pensar a concepção de Amazônia através de suas inúmeras riquezas naturais, que fazem dessa região um lugar de disputas hegemônicas e resultam em construir um lugar contraditório que é cenário de uma beleza exuberante e, ao mesmo tempo, de inúmeros conflitos e perdas.

Destacou-se, no decorrer do presente artigo, que o desenvolvimento pensado para a região não significa, e nem visa, um desenvolvimento que considere as necessidades, os modos de vida e o conhecimento dos povos e etnias que vivem na Amazônia. A região está percebida como território que existe para ser explorado e o desenvolvimento, neste sentido, contempla unicamente o sistema capitalista. Os ganhos do desenvolvimento, nessa lógica, localizam-se no lado do capital e a população da região sofre diretamente os danos e as perdas resultantes dessa exploração.

Resulta dessa reflexão e da percepção da Amazônia como um “vazio demográfico” anteriormente referido, que os sujeitos que vivem na região não estão sendo considerados enquanto seres sociais, e que é desprezada a sua história e a suas formas típicas de se relacionar no contexto da Amazônia. Para o capital, tudo pode virar lucro, neste sentido, o respeito à história das populações que vivem na região é reduzido à mercadoria, assim como a sua força de trabalho e cultura.

Levando em consideração esses aspectos, aponta-se a importância de dialogar sobre uma nova forma de desenvolvimento que de fato leve em consideração as

particularidades da população amazônica, que é assinalada por Loureiro (2002). A autora enfatiza que é central refletir sobre uma concepção da região que prime pelo respeito à população local, visando o desenvolvimento econômico com adoção de práticas sustentáveis tendo como foco a preservação do meio-ambiente, assim como a necessidade de ampliação de pesquisas para estudo das espécies da fauna e da flora para ampliar o entendimento da biodiversidade existente visando a proteção das espécies em extinção.

É necessário refletir sobre a questão que foi levantada inicialmente: Que tipo de desenvolvimento queremos para a região? Essa questão não pode ser respondida apenas teoricamente, precisa de meios para chegar cada vez mais perto da materialização de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Como enfatiza Loureiro (2002), é central que a Amazônia se torne sujeito da sua própria história para poder colocar em prática um novo modo de desenvolvimento.

Para resistir contra o avanço da ocupação capitalista na região e de lutar contra os rebatimentos dessa ocupação, de lutar por mais direitos, para a garantia dos territórios e do modo de vida particular que constituem os diferentes movimentos sociais na região. Pois, a Amazônia é um espaço socialmente construído e, a partir de suas particularidades e das concepções apresentadas, podemos começar a traçar um caminho de descoberta do que de fato é a Amazônia.

A ação do capital na Amazônia tem gerado danos irreparáveis para as culturas, línguas, histórias e a natureza, o que fomenta em nós, Assistentes Sociais, como parte integrante desse território, não só o dever de responder às demandas que se colocam frente às situações particulares da região, mas também no compromisso de lutar com base no projeto ético-político da profissão e suscitar estratégias que fortaleçam essas lutas coletivas visando a liberdade em seu sentido mais amplo.

## 5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos avançados**, 16 (45), p.107-121, 2002.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PORTO-GONÇALVES, W. **Amazônia:**

encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Bolívia: 2018.

SOUZA, M. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em**

**Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, 21, p.141-152, 2008.

TRINDADE JR., S.-C. C, Pensando a concepção da Amazônia. In SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume, 2006.